

“EU SEMPRE FUI ADULTO, PORQUE NA REALIDADE, EU SEMPRE TRABALHEI”: TRABALHO E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA DE JOVENS TRABALHADORES

“I’VE ALWAYS BEEN AN ADULT, SINCE I’VE ALWAYS WORKED”: WORK AND THE TRANSITION TO ADULTHOOD FOR YOUNG WORKERS

JANE KELLY DANTAS BARBOSA

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
jane_kdantas@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4406-0190>

SILAS DIAS MENDES COSTA

Universidade Federal de Roraima (UFRR)
silas.costa@ufr.br
<https://orcid.org/0000-0001-5855-694X>

KELY CÉSAR MARTINS DE PAIVA

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
kelypaiva@face.ufmg.br
<https://orcid.org/0000-0002-5185-9072>

ADRIANA VENTOLA MARRA

Universidade Federal de Viçosa (UFV)
aventola@ufv.br
<https://orcid.org/0000-0003-3405-0308>

R E S U M O

O objetivo deste artigo é analisar as percepções de jovens egressos de um programa de aprendizagem profissional em relação à transição para a vida adulta. Foi realizado um estudo qualitativo, com 26 aprendizes egressos de diferentes regiões do país. A pesquisa foi conduzida a partir de entrevistas, submetidas à técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicam paradoxos entre as representações sociais do que é ser adulto e ser jovem, que remetem, no primeiro caso, ao trabalho, à responsabilidade e à autonomia; e no segundo, à ausência de experiência, à dependência e à imaturidade. Essas concepções são elaboradas a partir de aspectos socialmente construídos, em detrimento de critérios biológicos e etários. No processo de transição para a vida adulta, pode ocorrer a adultização precoce, destacando-se a necessidade de ter autonomia e independência financeira, aspectos que tendem a colocar o trabalho em uma posição de centralidade na vida desses jovens. Apesar de a inserção profissional via aprendizagem possibilitar um emprego formal e experiências valorizadas no futuro, a trajetória dos jovens trabalhadores se mostra não linear e condicionada por marcadores sociais.

P A L A V R A S - C H A V E

Juventudes; Transição; Representações sociais; Jovens trabalhadores; Adultização.

A B S T R A C T

The aim of this article is to analyze the perceptions of young people who have graduated from a professional apprenticeship program regarding the transition to adult life. A qualitative study was carried out with 26 apprentice graduates from different regions of the country. The research was based on interviews, which were submitted to the content analysis technique. The results indicate paradoxes between the social representations of what it means to be an adult and what it means to be a young person, the former referring to work, responsibility and autonomy; the latter referring to lack of experience, dependence and immaturity. These conceptions are based on socially constructed aspects, to the detriment of biological and age criteria. In the process of transition to adulthood, early adultization can occur, highlighting the need for autonomy and financial independence, aspects that tend to place work in a central position in the lives of these young people. Despite the fact that professional integration via apprenticeship enables formal employment and experiences that will be valued in the future, the trajectory of young workers is non-linear and conditioned by social markers.

K E Y W O R D S

Youth; Transition; Social representations; Young workers. Adultization.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, os processos de transição para a vida adulta ocorrem de forma cada vez mais não linear e não padronizada (Thomson et al., 2002; Pais, 2005). A concepção do que é ser adulto vai além de critérios biológicos, sendo construída historicamente e socialmente (Arnett, 1997; Margullis & Urresti, 2008). Assim, a compreensão em relação à juventude e à vida adulta apenas por meio de marcadores etários implica em uma visão limitada (Sposito et al., 2018), sendo necessário recorrer a lentes teóricas mais amplas, que articulem as representações sociais das juventudes e a transição para a vida adulta.

Predomina o entendimento de que, por terem sido submetidos a uma seleção de eventos e/ou requisitos vinculados à independência e à maturidade, o indivíduo adulto se encontra em um estado de vida considerado moralmente formado, enquanto os jovens são seres inacabados, que caminham para adquirir o *status* de adultos, o que representa uma visão homogeneizante deste processo (Pimenta, 2007).

A despeito de discussões nesse sentido, no campo da gestão, os estudos com e sobre os jovens têm se fundamentado essencialmente em temas da Psicologia Organizacional e do Trabalho, buscando compreender o comportamento destes depois de inseridos nas organizações (Costa & Paiva, 2021). No entanto, é preciso ponderar acerca da não linearidade das suas trajetórias de vida (Thomson et al., 2002), especialmente no caso de jovens com menor capital econômico e cultural, que tendem a vislumbrar mais cedo a vida adulta em virtude de pressões individuais, sociais e exigências familiares (Krauskopf-Roger, 2019).

No caso desses jovens, o trabalho possui centralidade, frequentemente reforçada devido à falta de experiência formal no mercado de trabalho, à vulnerabilidade socioeconômica e à necessidade de autonomia financeira. Nessa perspectiva, concebe-se o trabalho como meio que possibilita transformação social em suas vidas (Costa, Barbosa, Rezende & Paiva, 2023; Torres, Paiva & Pereira, 2023), como estruturante e condicionante do futuro dos jovens (Sobrosa, Camerin, Perrone & Dias, 2013), cabendo refletir sobre fatores que influenciam no processo de inserção e manutenção no mundo laboral (Guimarães, Brito & Comin, 2020) e, ainda, em seus processos de transição para a vida adulta.

No Brasil, a linearidade tradicional desses processos não se aplica a determinadas juventudes, que vivenciam uma adultização precoce (Oliveira, 2019). Aliada a isso, a escassez de estudos, em especial que articulem questões sociológicas e organizacionais, reforça a necessidade de problematização quanto à função estratégica de um roteiro padronizado de transição que visa a garantir coesão social, desconsiderando a fragmentação e complexidade desses percursos (Walther, 2006).

Além disso, considera-se a necessidade de problematização das representações sociais acerca do trabalho, da inserção profissional e da centralidade que o trabalho assume na vida dos jovens (Martins, Scherdien & Rocha-de-Oliveira, 2019), especialmente, aqueles em situação de vulnerabilidade social.

No contexto brasileiro, a Lei da Aprendizagem ou Lei nº 10.097 (2000), atualizada pelo Decreto nº 11.061 (2022), fomenta a inserção profissional dos jovens no mercado de trabalho, priorizando-se aqueles em situação de vulnerabilidade social. Tendo em vista que a transição para a vida adulta ainda é pouco explorada na literatura (Sposito, Souza & Silva, 2018) e que os estudos com jovens assistidos pela referida lei também não a contemplam (Costa & Paiva, 2021), esta pesquisa busca suprir tais lacunas.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar as percepções de jovens egressos de um programa de aprendizagem profissional em relação à transição para a vida adulta. Para tanto, se fez necessário compreender as representações sociais que esses jovens têm sobre o que é ser jovem e o que é ser adulto, uma vez que as representações sociais constituem direcionamento para a ação e geram o comportamento (Moscovici, 2012).

O presente artigo foi estruturado em cinco seções, a iniciar por esta introdução. Na sequência, têm-se o referencial teórico, o percurso metodológico, os resultados, análises e discussões da pesquisa empírica e, por fim, as considerações finais, seguindo-se as referências utilizadas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica está estruturada a partir de dois eixos norteadores: 1) as representações sociais e as juventudes, contemplando os discursos sociais acerca de deveres e papéis associados ao mundo adulto e às experiências juvenis; 2) além do processo de transição para a vida adulta, compreendendo a pluralidade envolvida neste processo e a linha tênue entre as fronteiras que cercam a adultez.

Representações sociais e juventudes

As representações visam a tornar familiar aquilo que não é familiar (Moscovici, 2009), premissa considerada por Serge Moscovici, que preconizou a teoria das representações sociais. Tal familiaridade ocorre nomeando, classificando e categorizando os fenômenos para a construção de sentido, o que se pauta em dois processos principais: objetivação e ancoragem. A objetivação consiste em transformar ideias abstratas em imagens ou ideias concretas, enquanto a ancoragem assimila essas imagens ao conhecimento prévio, permitindo sua integração à realidade cotidiana (Wachelke & Camargo, 2007).

Por serem construções sociais dinâmicas, as representações sociais não são estáticas, ao contrário, estão em constante mudança e reconstrução (Moscovici, 1981), uma vez que podem ser modificadas, combatidas e reconstruídas por meio das interações e das práticas sociais (Moscovici, 2009). Tais representações tornam-se sociais na medida em que são partilhadas por grupos e podem ser de naturezas distintas: hegemônicas, quando predominam nas práticas simbólicas; emancipadas, quando são criadas e disseminadas por grupos específicos; e controversas, quando geradas em contexto de conflitos e oposição, não sendo partilhadas pela sociedade (Moscovici, 1981).

No campo das ciências sociais, a teoria das representações sociais possibilita integrar diferentes áreas do conhecimento. Para Cabecinhas (2004, p. 137) “o conceito de representação social tem permitido fazer a ponte não só entre várias áreas dentro da Psicologia Social, mas também entre as diversas ciências sociais e humanas”. Nesta pesquisa, considera-se a proposta de Moscovici de investigar o senso comum, partindo da premissa de que os indivíduos extraem categorias de pensamento da sociedade (Wachelke & Camargo, 2007). Assim, busca-se compreender como os jovens constroem e ressignificam as representações sociais sobre juventude e adultez no contexto da transição para a vida adulta.

Analisar as juventudes sob o prisma das representações sociais é lançar luz às produções do senso comum sobre os jovens e como tais produções podem repercutir em suas trajetórias na contemporaneidade. Isto se faz relevante porque as representações são fenômenos dinâmicos e contextuais (Wachelke & Camargo, 2007), e as juventudes são socialmente construídas (Abramo, 2016; Silva & Mayorga, 2019; Savegnago, 2019), heterogêneas e atravessadas por marcadores regionais, culturais, econômicos, sociais e educacionais (Corrochano et al., 2017; Sposito et al., 2018; Guimarães et al., 2020).

Sendo assim, não é adequado pensar em um conceito de juventude que seja único e homogêneo, uma vez que esta se apresenta de forma complexa e tende a ser ampliada dada à elasticidade que tem adquirido nos tempos atuais, nos quais sentir-se jovem não se vincula apenas à questão etária, mas compreende questões biológicas, psíquicas, sociais e culturais do desenvolvimento humano (Trancoso & Oliveira, 2014). Pensar em um conceito homogêneo e estático da juventude envolve uma “arena de disputas simbólicas e políticas” (Resende & Espíndula, 2020, p.3), além de dificuldades com razões históricas, sociais e culturais (Savegnago, 2019).

Os discursos sociais sobre jovens e juventudes são diversos e, muitas vezes, contraditórios. Algumas narrativas enfatizam a juventude como 1) ideal de vida, que exalta a beleza, o vigor, a potência e a liberdade; 2) um momento de crise, que representa uma etapa de dificuldades, conflitos

e desajustes a serem resolvidos na vida adulta; 3) problema social, cujo foco está nos desvios do que é considerado “normal” para a conduta e a trajetória dos jovens; 4) algo associado ao futuro, em que os jovens estariam mais aptos a promover mudanças e renovações, alcançando o desejado para o “futuro da nação”; e 5) moratória social, que posterga direitos e responsabilidades típicas da vida adulta (Savegnago, 2019).

Quando se trata das juventudes, usualmente, focaliza-se os sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens ou os vieses adultocêntricos, considerando o imaginário social existente sobre a juventude e não as juventudes propriamente ditas (Trancoso & Oliveira, 2014). Isto realimenta certos discursos e representações sociais, assim, é importante discutir sobre os jovens frisando como eles próprios elaboram e vivem suas experiências (Pimenta, 2007).

Transição para a vida adulta

A transição para a vida adulta é um processo cada vez mais diversificado e não linear. No entanto, usualmente, há uma tendência à padronização das trajetórias juvenis com base na idade, escolaridade, formação, características comportamentais, conquistas pessoais e profissionais. Essa visão homogênea desconsidera que as experiências de transição são plurais e influenciadas por múltiplos fatores (Pais, 2005; Freitas et al., 2005).

Eventos tradicionalmente associados à adulez, como sair da casa dos pais, concluir os estudos ou ingressar no mercado de trabalho, diferentemente do passado, já não representam marcos definitivos, uma vez que os jovens vivenciam esse percurso de forma cada vez mais flexível e instável (Oliveira, 2019).

A concepção de uma transição linear, homogênea e padronizada, tornou-se obsoleta (Thomson et al., 2002; Pais, 2005; Pimenta, 2007; Dib & Castro, 2010; Oliveira, 2019). Fronteiras, marcos e eventos difundidos como referências e balizadores do sequenciamento entre etapas “parecem se fragmentar materialmente, quando os referenciais externos se enfraquecem ou deixam de existir e, simbolicamente, quando deixam de apontar o sentido das coisas e de serem valorizados pelos indivíduos” (Dib & Castro, 2010, p.10).

Além disso, as oposições binárias clássicas de *status* sociais passaram a envolver estágios intermediários, caracterizando o que alguns autores chamam de prolongamento da juventude (Abramo, 2016; Guimarães et al., 2020; Pais, 2005; Pimenta, 2007; Sanderson, 2019; Silva, 2021; Walther, 2006).

O prolongamento da juventude é percebido considerando-se grupos específicos de jovens, mas não sua totalidade. Logo, a ideia de não ponderar a complexidade, as contradições e as fragmentações das transições para a adulez é falha (Stauber & Walther, 2002), uma vez que as discussões envolvendo as transições devem ser situadas. Talvez, por isso, a temática ainda seja incipiente no Brasil, país caracterizado por desigualdades e diferentes formas de transição, entre elas o trabalho precoce e a informalidade (Lima, Neto & Carmona, 2024).

Nos trânsitos conturbados das transições, alguns jovens se movimentam ao acaso ou destino, enquanto outros pensam em formas estratégicas de transitar pelas tramas da vida, reajustando

suas táticas conforme o cenário se apresenta. É possível afirmar que, independentemente de como se desenvolvam essas transições, um dos principais eixos está ligado à independência financeira, característica associada à vida adulta (Camarano, Mello & Kanso, 2006; Dib & Castro, 2010).

A independência financeira parece representar o rompimento entre a condição de dependente e a condição de autonomia e é viabilizada por meio do trabalho, aspecto fundamental na sociedade contemporânea capitalista e que fornece a base sobre a qual outras transições são construídas (Furlong, 2016).

Pontuando o trabalho como central à discussão, destaca-se que, para os jovens, as escolhas laborais “são múltiplas e reversíveis, embora nem sempre possíveis” (Pais, 2005, p.12). Diante da necessidade de trabalhar que se impõe a algumas juventudes, não é raro o abandono dos estudos e a redução das perspectivas profissionais futuras (Alves & Albanese, 2016).

Sendo assim, para pensar nas escolhas e possibilidades que se abrem aos jovens no percurso para a vida adulta, é preciso pensar no contexto socioeconômico e cultural, considerando “traços desiguais que caracterizam os percursos e trajetórias juvenis” (Corrochano, 2013, p.26) e as suas origens socioeconômicas, que podem configurar diferentes modalidades, velocidades e roteiros de transição (Pimenta, 2007).

Para jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a transição para a vida adulta é afetada pela visão de que esse grupo representa uma ameaça à sociedade (Silva & Mayorga, 2019). As representações sociais acerca deles estão pautadas na “imagem/objetivação do jovem-problema”, despreocupado com o futuro e desinteressado pelo trabalho (Resende & Espíndula, 2020, p. 12). Essa percepção alimenta estereótipos que justificam estratégias de controle sobre seu tempo e suas atividades, como o incentivo ao trabalho precoce (Resende & Espíndula, 2020; Silva & Mayorga, 2019). Isso resulta na redução de seus horizontes de escolha e na perpetuação de desigualdades estruturais (Savegnago, 2019).

Diante da instabilidade, da dinamicidade e da pluralidade de questões envolvidas na transição (Arnett, 1997), as vivências, as responsabilidades e as características do mundo adulto são experimentadas e mescladas com aquelas próprias da juventude (Walther, 2006). Pode-se afirmar, então, que ocorre um “embaralhamento das fronteiras entre as fases da vida, mas também das maneiras diferenciadas de experimentar os papéis de jovem e o adulto” (Pimenta, 2007, p.94).

É esse “embaralhamento de fronteiras”, a partir da percepção dos próprios jovens, que se pretende compreender. Sendo assim, o foco da presente pesquisa incide sobre a transição para a vida adulta de jovens aprendizes, destacando o trabalho como um âmbito estruturante da adultez e condicionante do futuro desses sujeitos (Sobrosa et al., 2013).

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo analisa as percepções de jovens egressos de um programa de aprendizagem profissional em relação à transição para a vida adulta. Numa perspectiva epistemológica, parte-se de uma corrente de pensamento construtivista, que considera que os significados e a própria realidade se estabelecem frente ao intermédio de interações humanas e intersubjetividades (Saccol,

2009). A escolha dessa abordagem justifica-se pela complexidade dos processos de transição para a vida adulta, construídos a partir de experiências subjetivas, influências socioculturais e interações com o ambiente.

A pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva, da qual participaram 26 jovens egressos de um programa de aprendizagem, com idade entre 18 e 29 anos. O contato com eles deu-se por meio da organização que medeia o vínculo entre esses jovens e as organizações nas quais são inseridos para trabalhar. Assim, os critérios para seleção dos sujeitos de pesquisa foram a disponibilidade em participar do estudo e a intencionalidade, diante da escolha de jovens maiores de idade e que foram vinculados a uma instituição específica.

De posse de uma lista com dados de 37 egressos, foi realizado contato com os jovens, findando-se na participação de 26 deles. O perfil dos participantes se apresentou da seguinte forma: 14 jovens do gênero feminino e 12 do gênero masculino. Para preservar o anonimato dos participantes, utilizou-se a letra F para o gênero feminino e a letra M para o gênero masculino, acompanhadas de um número, que varia de 1 a 26.

A idade média dos participantes foi de 22 anos, com idades variando entre 19 e 27 anos. Quanto à distribuição geográfica, 12 jovens eram da região Sudeste (5 de Minas Gerais, 3 do Rio de Janeiro e 4 de São Paulo), 7 do Sul (5 do Rio Grande do Sul e 2 do Paraná), 5 do Nordeste (todos de Pernambuco) e 2 do Centro-Oeste (1 de Brasília e 1 de Goiás). Em relação à orientação sexual, três participantes declararam-se não heterossexuais: F1 (parda, bissexual), F6 (negra, bissexual) e M4 (negro, homossexual). No que se refere à autodeclaração racial, 12 jovens se identificaram como brancos, 9 como negros e 5 como pardos.

Os dados foram coletados em 2022, após a submissão da pesquisa junto ao Comitê de Ética, sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 39863220.2.0000.5149. As entrevistas foram conduzidas de forma *online*, com duração média de uma hora cada, e com o auxílio das ferramentas *Google Meet* e do *Zoom*. O material foi gravado, mediante a autorização formal dos entrevistados, com transcrição na íntegra, compondo um banco de dados textual de cerca de 29 horas de gravações.

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2008), com categorização a posteriori. Adotou-se uma postura de abertura para o surgimento de categorias temáticas a partir das falas dos entrevistados, considerando como critério não apenas a frequência nos relatos, mas, sobretudo, os aspectos percebidos por eles como relevantes em suas trajetórias.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÕES

A juventude e a vida adulta constituem-se como noções construídas socialmente e ressignificadas individualmente. A partir dos relatos dos entrevistados, a transição para a vida adulta pôde ser analisada considerando: 1) a relevância e a centralidade do trabalho; 2) a responsabilidade/maturidade; 3) a independência financeira; 4) a escolaridade e o conhecimento; 5) o núcleo familiar; e 6) os aspectos sociais envolvidos. Nas subseções a seguir, é possível compreender as categorias que emergiram nas entrevistas.

A relevância e a centralidade do trabalho

Quando questionados sobre a atual fase da vida e como se percebem em relação a ela, os jovens egressos expressaram dúvidas e dificuldades ao definirem uma representação de si e a justificarem, considerando que o autoconceito se torna cada vez mais difícil para os jovens e propenso a categorias intermediárias (Walther, 2006).

Embora o trabalho tenha recebido destaque, foram citados múltiplos aspectos que os jovens ligaram à juventude e à vida adulta, muitas vezes, de forma conjunta, pois como afirma a jovem F3 “muitos aspectos podem dizer sobre isso”, entre eles as novas responsabilidades, o desejo de se desenvolver e, principalmente, o trabalho.

As representações que eles possuem de si, da juventude e da vida adulta são resultado de um processo de socialização e de referência construído gradualmente e sujeito a transformações, e a idade representa apenas um dos diversos fatores que têm influência sobre ele. Dessa forma, houve um descolamento da faixa etária em relação às representações de juventude e adultez (Oliveira, 2019). Como afirma o jovem M4, “não teria uma idade certa né” e, de acordo com M7, “a questão da juventude não é nem questão de idade, não. É questão de percepção mesmo, de momento, de atitude”.

A maior parte dos jovens se percebe como adulta e as representações da transição para a vida adulta evidenciaram, para todos os entrevistados, a relevância e a centralidade do trabalho (Costa et al., 2023). Exemplo disso é o jovem M11, que usa uma analogia ao mundo corporativo para justificar sua percepção, pois, segundo ele, ser adulto se relaciona ao “quanto você consegue produzir, fazer as coisas, acho que é isso que difere um adolescente de um adulto, é como se fosse um estagiário, pra um gestor assim”. Como afirma Furlong (2016), o trabalho é aspecto fundamental e forma uma base sobre a qual outras transições são construídas.

Se, na sociedade contemporânea, os antigos marcadores ou eventos do processo de transição se tornaram obsoletos, como a saída da casa dos pais e a conclusão da vida escolar, por exemplo (Thomson et al., 2002; Pais, 2005; Pimenta, 2007; Dib & Castro, 2010; Oliveira, 2019), a inserção e as vivências no mundo do trabalho seguem mobilizando questões materiais e simbólicas na vida dos jovens, a exemplo de aspectos relacionados às possibilidades de consumo e do atendimento de necessidades próprias e do núcleo familiar (Costa et al., 2023).

Destaca-se que a trajetória profissional começa na informalidade para a maioria dos jovens do estudo (14 deles), corroborando o que afirmam Torres et al. (2023). Foram citadas ocupações como empacotador de supermercado (M9), babá (F10) e feirante (M11). Já para nove deles, a trajetória profissional tem início através da aprendizagem, diretamente. Nesse sentido, é reforçada a importância do programa de aprendizagem, que viabiliza a inserção formal no mercado de trabalho.

O programa de aprendizagem é visto como um marco nas trajetórias dos jovens e, após o término do contrato de trabalho, as experiências relatadas indicam que a rotatividade é menos presente nas trajetórias dos jovens da pesquisa. A maioria deles foi efetivada após os contratos de aprendizagem, ou contratada em outras organizações após adquirir experiência. Dentre os 26 entrevistados, apenas dois estavam desempregados (M8, F21) à época da coleta de dados, sendo que o jovem M8 havia finalizado seu contrato de aprendizagem há apenas dois meses.

Não só a vida adulta foi associada às vivências laborais, como também a juventude. Isso foi observado a partir de relatos que destacaram a relevância da inserção profissional nesse período da vida, o desenvolvimento da carreira, a criação de alicerces profissionais e o acúmulo de experiência laboral. Para a jovem F1, a “fase adulta se resume ao trabalho”, e a jovem F3, que começou a trabalhar aos 18 anos, sinalizou a importância de iniciar a trajetória profissional mais cedo, de forma a se aproximar da figura de adulto “bem-sucedido” mais rápido.

[...] sabe, eu acho que também, você começar cedo, isso vale muito, vale muito. Eu, às vezes, me arrependo de não ter começado antes. Eu mesma, se voltasse atrás, eu teria começado com 14, com 15. [...] tanto que eu sou super a favor do programa de aprendizagem por causa disso. Que o jovem já começa cedo, e aí, já cria né, dentro de si um adulto bem sucedido. Eu creio [F3].

Reforçando a centralidade da esfera laboral (Corrochano, 2013; Costa et al., 2023), o jovem M9 afirmou que “quando o nosso profissional é bom, quando nós temos um profissional estabelecido, eu acho que tudo flui melhor”. Para ele, para M5 e para F12, a melhor coisa da juventude foi a oportunidade do primeiro emprego, bem como as conquistas associadas. De acordo com a jovem F12, a inserção profissional representou “algo assim que me impulsionou, a sonhar, a viver, a imaginar um futuro grande pra mim, pra minha família”.

As falas mencionadas podem ser associadas ao recorte realizado na presente pesquisa, de jovens egressos do programa de aprendizagem. Este programa possui, dentre outros critérios, a situação de vulnerabilidade social de seus participantes. Dessa forma, para além do marcador social referente à idade, outros marcadores sociais, como classe, sexo, gênero, raça e região de origem, são fatores que demonstram o impacto das desigualdades estruturais na inserção e manutenção dos jovens no mercado de trabalho.

Enquanto para determinados jovens, “começar cedo” na esfera laboral é um caminho necessário para alcançar o sucesso e algo que impulsiona “a sonhar, a viver, a imaginar um futuro”, para outros jovens, que não se encaixam no perfil aqui contemplado, ocorre o chamado prolongamento da juventude. Tal achado reforça a heterogeneidade das juventudes e de suas transições (Pais, 2005; Freitas et al., 2005), bem como a necessidade de desenvolver discussões situadas e decoloniais, ainda incipientes no Brasil e que carecem de estudos futuros.

Para jovens de classes populares, como os deste estudo, “trabalhar representa um caminho para uma vida mais digna e a possibilidade de obter condições de vida melhores” (Sobrosa et al., 2013, p.272). É sob o sonho da mobilidade social, aliado aos discursos sedutores da meritocracia e da autorresponsabilização pela empregabilidade, que acabam sendo negados antagonismos sociais e desigualdades, de forma a responsabilizar, individualmente, os jovens por seus sucessos e fracassos (Martins et al., 2019).

Responsabilidade e maturidade

O nível de responsabilidade e de maturidade também foi enfatizado no processo de transição para a vida adulta. Por se tratar de jovens que passaram pela experiência da aprendizagem, há desenvolvimento de percepção de maior maturidade, se identificando com pensamentos e ações tipificadas como de um adulto (Alves & Albanese, 2016). Os seguintes relatos são representativos dessa percepção:

Acredito que por tudo que eu já tenho vivenciado, e pela responsabilidade que eu tenho, juntamente com os meus pais, da construção que eu tô tendo, da minha independência, eu já me considero adulto, por muitas atitudes que eu tenho que tomar né, por muitas coisas que eu tenho que, então, e pela maturidade já adquirida eu me considero adulto [M5].

Muitas responsabilidades. [...]. Mas é muita responsabilidade, é moto pra pagar, é, é, casa, é muitas coisas, então assim, eu não me, eu não posso ficar desempregada, de jeito nenhum, porque é muita conta pra pagar [riso], então eu me considero adulta já [F10].

Nos relatos, muitos egressos falam em responsabilidades e maturidade, porém de forma genérica, sem especificar quais atitudes e responsabilidades, para além do trabalho, são atribuídas a pessoas adultas. Tal cenário indica a influência dos discursos disseminados socialmente sobre a imagem do adulto, conforme critérios socialmente construídos (Arnett, 1997; Margullis & Urresti, 2008).

Aqueles que detalham um pouco mais suas percepções, as vinculam, principalmente, às questões financeiras, como no caso de F10, que ressalta as suas responsabilidades financeiras e enfatiza que não pode ficar desempregada “de jeito nenhum”, em consonância com o jovem M18, que afirma que, diante das responsabilidades que possui, o seu “maior medo é ficar desempregado”.

Dentre aqueles que se percebem como jovens, foi recorrente a referência à falta de algo — essencialmente, responsabilidades e maturidade — o que se alinha ao discurso da juventude como momento de crise (Savegnago, 2019), e parte da visão dos jovens como seres inacabados e do adulto como um ser completo e moralmente formado (Pimenta, 2007). Exemplo disto pode ser observado nos seguintes relatos:

Eu acho assim, que um adulto ele tem muitas responsabilidades assim, de assumir uma casa, de assumir um, ter muitas responsabilidades assim, do cotidiano, e eu não tenho todas essas responsabilidades [F16].

Eu tenho muita determinação, mas eu acho que falta um pouquinho mais de amadurecimento pra me tornar uma adulta, mesmo, em algumas coisas assim, mas, eu acho que falta pouco pra eu me tornar uma pessoa adulta mesmo [F17].

A juventude é encarada, pelos jovens entrevistados, como uma etapa com menor carga de responsabilidades e, conseqüentemente, menor nível de preocupações e maior liberdade. Ela foi associada a momentos de lazer com os amigos e brincadeiras, vinculando-a à maior leveza, ao contrário da vida adulta, na qual foi relatada diminuição do tempo livre e impactos na vida social. Essa compreensão pode ser percebida a exemplo do relato da jovem F16:

Eu acho que a juventude é esse momento de transição né, de uma adolescência, de você poder, entre aspas [sinal de aspas com as mãos], poder errar e de você não ter tantas responsabilidades, e aí você vai começando a amadurecer, você vai começando a, a ter mais afazeres, a mais, coisas pra assumir [F16].

Os egressos foram questionados sobre quando uma pessoa deixa de ser jovem, a fim de saber se existe a percepção de marcos específicos relacionados à transição para a vida adulta. Novamente, os aspectos mais ressaltados relacionaram-se ao fato de assumir mais e maiores responsabilidades, ao aumento de obrigações, tarefas e compromissos, como no relato anterior, de F16. A jovem, ao descrever o acúmulo de responsabilidades que possui em sua rotina diária, afirma que, ao chegar do trabalho, física e psicologicamente cansada, não pode descansar, pois tem, ainda, as demandas da faculdade. Essa percepção corrobora o que foi encontrado na pesquisa de Abramo (2016), destacando que há uma noção amplamente partilhada de que a maior maturidade/responsabilidade representa a principal característica do fim da juventude.

As ideias de responsabilidade e maturidade foram associadas à adultez, etapa considerada pelos jovens “difícil”, “complicada” e um “desafio”, observando-se que a visão que possuem da vida adulta vincula-se à carga de responsabilidades e ao nível de maturidade que se credita a um adulto, visto como uma pessoa apta a assumir essa carga e, como afirma M8, a “ser mais maduro no que você quer e correr atrás”. Apesar desse retrato da adultez como turbulenta e complexa, os jovens tendem a naturalizar essa complexidade e a ressaltar o esforço realizado para a superação dos desafios que se apresentam.

Há naturalização, também, da adultização precoce via trabalho, como nota-se nos discursos massificados de que é necessário trabalhar duro para ser “alguém na vida” e se esforçar para ter um “futuro melhor”. São representações sociais amplamente difundidas, exaltando o trabalho duro e o esforço máximo, que nem sempre são reconhecidos e recompensados, especialmente para determinados grupos (Sobrosa et al., 2013), visto que o desempenho individual não é suficiente para superar determinadas barreiras (Martins et al., 2019).

Independência financeira

Os relatos dos jovens indicaram, de forma geral, a percepção de uma transição para a adultez desvinculada de marcadores específicos que possam ser generalizados (Freitas et al., 2005; Oliveira, 2019; Pais, 2005), apontando a independência financeira como um dos principais eixos associados à adultez (Camarano et al., 2006; Dib & Castro, 2010).

A transição para a vida adulta envolve diversas vertentes que não se alteram na mesma proporção, de modo que é possível ser independente em uma esfera, mas ser dependente em outras (Thomson et al., 2002). Dessa forma, apesar de se perceberem majoritariamente como adultos e ressaltarem a independência financeira como algo essencial, praticamente todos os jovens ainda residem com os seus pais ou responsáveis.

A independência financeira apresentou-se como uma das principais características associada ao rompimento com a juventude, reforçando o que afirmaram Camarano et al. (2006) e Dib e Castro (2010). Conseguir arcar com as próprias despesas e ser capaz de se sustentar e/ou contribuir com as despesas da casa são aspectos que, como afirmam Costa et al. (2023, p.117), são associados a “determinado *status* e se tornam sinônimos de autonomia, segurança e independência”. Os relatos a seguir são representativos neste sentido.

Quando eu terminei o meu contrato né, o meu primeiro contrato como aprendiz, e fui vender picolé na praia. Então eu fui, independente de ter uma carteira ou não, lutar pelo meu pão de cada dia, né? E fui também pra me formar, pra me lapidar, porque foi algo que me lapidou, entendeu? Até levei isso pra minha entrevista, da [nome da organização], e o gerente gostou, porque assim, pra mim, o trabalhador não precisa ter uma carteira assinada, é ter vontade de trabalhar e é isso, entendeu? [F12].

Entre os 18 a 19 anos eu já não dependia em nada dos meus pais financeiramente, sempre fui muito independente. Comprava as minhas coisas, tinha meu dinheiro, não precisava mais deles pra praticamente nada [M26].

Nos relatos dos jovens F12 e M26 fica clara a ênfase à independência financeira. A jovem F12 destaca a sua iniciativa de vender picolé na praia, fato comum à trajetória do jovem M26. O trabalho representa um constante “lutar pelo pão de cada dia”, que faz parte da realidade da maioria dos jovens e adultos brasileiros, envolta em destacada instabilidade (Corrochano, 2013; Oliveira, 2019), de forma que o fato de estar trabalhando já é motivo de satisfação, independentemente, em muitos casos, das condições do trabalho exercido (Lima et al., 2024).

Discursos como esses, exaltando a “luta” travada no mundo do trabalho, podem representar uma estratégia para ressignificar vivências em ocupações precarizadas e de baixo status social, travestindo-as de demonstrações de independência e garra. Contudo, esses discursos não se aplicam à totalidade dos jovens, pois estão atrelados às representações sociais de jovens pobres, frequentemente associados a uma ameaça à sociedade (Silva & Mayorga, 2019). Estes jovens não são associados ao discurso social de “futuro da nação” (Savegnago, 2019), ao contrário, têm suas perspectivas de futuro entrelaçadas ao trabalho que devem “lutar” para manter (Resende & Espindula, 2020).

Vinculada à ideia de independência financeira, destaca-se que a concepção de adulto, para muitos dos jovens entrevistados, se encontra intimamente ligada ao papel de provedor(a). De modo geral, para eles, o adulto é aquele que trabalha, que adquire e assume responsabilidades, que possui ou busca independência, que consegue arcar com as próprias despesas e, na maioria

dos casos, que consegue contribuir com as despesas da casa dos pais ou responsáveis, conforme demonstrado no seguinte trecho:

Um adulto bem sucedido, pra mim... seria uma pessoa que aproveita a vida ou que tem uma... boa, organização financeira. O ideal pra mim seria uma pessoa com uma, ter uma, progressão financeira. Que no caso, mesmo que tenha começado nas piores condições, conseguiu dar, dar a volta por cima, ou então conseguiu... aproveitar o, os seus dons ou ainda melhorar, pra... conquistar uma autonomia financeira (M2).

Realizando um contraponto, alguns jovens, a exemplo de M8, M11, F12, F17, F20 e F25, apesar de mencionarem a questão financeira, a relativizaram, afirmando que o dinheiro é, de fato, importante, mas não é garantia de sucesso e felicidade, uma vez que, como afirma F12, “muitas vezes um adulto pode ter muito dinheiro, muito carro, ter uma vida financeira massa, mas ter uma vida triste, né?”. Apesar de a contraprestação financeira do trabalho ser essencial para a percepção de dignidade dos jovens e dos seus (Costa et al., 2023), o impacto das vivências laborais não se resume a ela, afetando, também, outros âmbitos da vida dos jovens.

Conhecimento e escolaridade

A juventude foi associada a um momento de aprendizado e desenvolvimento de novas experiências, observando-se relatos que associam o jovem a alguém que aprende e está em processo de autoconhecimento e de conhecimento do mundo exterior, que deseja desafios e oportunidades para aprender coisas novas.

Além do conhecimento, também foram feitas menções à escolaridade, fazendo referência à juventude como um período ligado aos estudos. Segundo Corrochano (2013, p.26), a juventude é marcada “como o tempo de dedicação aos estudos e de preparo para a entrada no mundo do trabalho”, como corrobora o seguinte relato:

É, o adolescente, a juventude ela, tá começando a caminhar, a pessoa que tá começando a fazer um curso superior, tá começando a ter seu primeiro emprego, tá começando a descobrir experiências da vida, no relacionamento, então, é uma pessoa que ainda tá amadurecendo em vários pontos ao mesmo tempo (M11).

Houve destaque para a inserção e as vivências no ensino superior, elemento visto como essencial na trajetória almejada pelos jovens, no contexto contemporâneo (Corrochano, 2013), embora os anos dedicados aos estudos representem uma espécie de “cheque pré-datado” que muitos não podem esperar para descontar e que pode nem mesmo ter o valor esperado no futuro (Pais, 2005).

Dentre os 26 jovens sujeitos do estudo, 22 se envolveram com o ensino superior, esteja ele em curso, concluído ou trancado; e três jovens com ensino médio expressaram o desejo de fazê-lo (M8, M18, F21). O jovem M22, que começou a trabalhar aos 12 anos em “trabalho pesado” e,

atualmente, trabalha como motoboy, foi o único entrevistado que não fez menção ao envolvimento ou desejo de cursar o ensino superior, pois, para ele, o importante é ter uma ocupação, “seja ela como advogado ou até mesmo como, como gari”.

No que diz respeito aos jovens da presente pesquisa, a extensão da vida escolar se dá, na quase totalidade dos casos, em instituições de ensino privadas, assim como apontado por Corrochano (2013). O ensino superior envolve bolsas de estudo ou financiamento próprio, diante de dificuldades em lidar com os custos e com a concomitância de ensino superior e trabalho.

O trabalho reafirma sua relevância, ao proporcionar o pagamento de cursos, materiais, alimentação, transporte, dentre outras despesas envolvidas com o ensino superior, que não poderiam ser assumidas pelos pais ou responsáveis dos jovens. Sendo assim, apesar de a extensão da vida escolar ser apontada como uma tendência, é importante refletir sobre para quais jovens ela se aplica e em quais condições (Corrochano, 2013).

Na época, a minha maior motivação foi entrar na faculdade. [...] Eu prestei vestibular pra várias, pra vários cursos e não passava, e naquilo eu falei “não, preciso ter um foco, já vi que por uma bolsa pra mim vai ser difícil, porque a concorrência tá muito grande, então vou ter que partir para o meio mais fácil” [sinal de aspas com a mão] né, não é fácil, mas caminho mais fácil que é pagar a bendita da faculdade. Então é... eu falei “não, então pra eu conseguir pagar minha faculdade, que a minha família não consegue me ajudar agora, eu vou ter que arrumar um emprego”, e aí foi quando eu conheci a [Instituição de Aprendizagem] (F14).

[...] eu precisava de algum recurso, porque eu queria começar a faculdade, então eu, tinha o interesse de seguir no mercado de trabalho, pela experiência e também pela remuneração. Eu sabia que eu ia precisar comprar livros, que eu ia precisar de alimentação na universidade, que eu ia precisar de um monte de coisa, e aí mesmo sendo pouco, com jovem aprendiz, com esse dinheiro que eu ia viabilizar o outro lado, eu ia me manter nos estudos (F15).

O âmbito escolar deve ser considerado a fim de compreender a estrutura de emprego que os jovens vislumbram (Savegnago, 2019). Neste sentido, os entrevistados demonstraram que, através do ensino superior, possuem perspectivas de melhores oportunidades laborais e de melhores condições financeiras, em comparação aos pais ou responsáveis.

Há casos, como da jovem F1, de 19 anos, e dos jovens M9 e F15, ambos de 24 anos, que destacaram o fato de já receberem maior renda e facilidades na aquisição de bens em comparação aos seus pais ou responsáveis. Além deles, a jovem F12, conciliando o ensino superior e o trabalho, é a única fonte de renda do seu núcleo familiar, ou, conforme suas palavras, “a fortaleza da casa”.

Núcleo familiar

Uma das ideias clássicas referentes à passagem para a vida adulta envolve a passagem de dependente para responsável por si mesmo e pela própria família (Corrochano, 2013). Para Silva (2021, p. 616), “o reconhecimento intrafamiliar do *status* de adulto” é valorizado entre os jovens. Nesse

sentido, o âmbito familiar foi mencionado pelos entrevistados, envolvendo a responsabilidade com as pessoas com quem se convive, sejam do núcleo familiar de origem, sejam fruto da formação de uma nova família, tal como nos trechos a seguir.

Eu acredito que a pessoa, quando ela se torna chefe de família, uma mãe de família, ela já adquire, né? Uma responsabilidade, dentro de casa, ela já tem que se tornar, se tornar uma pessoa adulta, né? Uma postura de uma pessoa adulta [M9].

Tenho o meu próprio carro, eu dirijo, hoje eu sou uma gerente de banco, então, muita coisa vai mudando, eu acho que eu tô entrando na fase adulta, e acho que depois que eu me tornar mãe, vai mudar muito, daí sim eu acho que eu vou virar uma pessoa adulta (F17).

É... vida adulta. [14 segundos de pausa]. Eu acho que, uma palavra que caracteriza seria família. Não sei como definir, falar exatamente sobre a vida adulta. Seria isso, eu acho que o que caracteriza seria a formação de família [M23].

As responsabilidades advindas do cuidado com a casa e com os filhos foram destacadas como marcos vinculados à adulez, e o desejo de construir uma nova família foi recorrente. Porém, é interessante notar que, apesar de mencionarem esse desejo, em muitos casos essa informação segue acompanhada de dúvida, representada pelas palavras “talvez”, “acho que”, “quem sabe”, “de repente”, sobretudo no caso de jovens mulheres, que afirmam não ter certeza sobre a maternidade e o casamento.

Se antes a saída da casa dos pais, o casamento e a constituição de família eram eventos valorizados e, praticamente, compulsórios, na atualidade eles ganham outros contornos e seguem ritmos e lógicas diferentes (Walther, 2006), embora sigam permeando o imaginário dos jovens e sendo associados à figura do adulto.

Aspectos sociais

Questões sociais foram envolvidas nos relatos e destacaram a influência que os marcadores sociais de diferença e as desigualdades existentes no Brasil podem ter nas vivências das juventudes e da vida adulta, em especial, as desigualdades de distribuição de renda (Martins et al., 2019).

Nesse sentido, houve relatos, como os de M9, M18, F19, M22 e M26, que apontaram para uma adultização precoce em função do trabalho.

Eu acho que eu sempre fui adulto, porque na realidade, eu sempre trabalhei, né? Desde os 12 anos eu sempre trabalhei, então isso me fez me sentir sempre um adulto, entendeu? Então, atitudes de, de jovem assim mesmo, eu nunca tive não [...] (M9).

Pela minha infância, de ter perdido muito tempo dela, questão de ter que trabalhar cedo, questão, a minha, a minha família já vem de uma situação um pouco precária, pobre, então eu tive que começar a trabalhar cedo, tive que ter mais responsabilidade do que uma criança (M18).

Olha... depende, depende um pouco, mas acho mais adulto, pelo fato de tá tendo que amadurecer pra conseguir vencer né. Então, eu não tive muito tempo pra ser apenas jovem, sabe, sem conta, sem compromisso, sempre fui eu pagando tudo, pagando tudo, então, mais pra adulto (M26).

Como relatado, há jovens que começaram a trabalhar durante a infância e transitaram por limites difusos entre infância, juventude e vida adulta, o que está vinculado à condição socioeconômica das famílias de origem (Abramo, 2016) e corrobora a ideia de adultização acelerada ou precoce, realidade de muitos jovens brasileiros (Oliveira, 2019).

Em especial, o caso de M22 chama a atenção, pois o jovem começou a trabalhar aos 12 anos, mediante um combinado entre sua avó e um amigo, proprietário de uma oficina, no qual ela pediu ao amigo que ensinasse o trabalho ao neto e simulasse uma retribuição simbólica de dois reais por dia, que, na verdade, a própria avó se comprometeu a pagar. O intuito era que M22 adquirisse responsabilidades e se tornasse trabalhador, pois, para jovens de estratos mais baixos da sociedade, aquele que não trabalha tende a ser encarado como problema social (Savegnago, 2019; Resende & Espindula, 2020).

A duração e a qualidade das vivências na juventude estão diretamente relacionadas às características socioeconômicas dos jovens e às construções sociais dos papéis/lugares destinados aos homens e às mulheres, das variações de gênero e de grupos raciais na sociedade (Resende & Espindula, 2020). Nesse sentido, a adultização precoce (Oliveira, 2019) é naturalizada entre jovens de camadas populares, que não têm a possibilidade de adiar certas responsabilidades da vida adulta (Alves & Albanese, 2016; Savegnago, 2019).

Ao contrário do que envolve o discurso da juventude como moratória social, para os jovens pobres não há a vivência de uma moratória ou da postergação de certas responsabilidades, embora exista uma moratória no sentido de terem suas ações e vozes legitimadas na sociedade (Savegnago, 2019).

Além da classe social, outros aspectos foram mencionados, como no caso da jovem F14, que fez apontamentos acerca de importantes questões que impactam a transição para a vida adulta e implicam em diferentes formas de aproveitar a juventude, como cor, local de origem e região de moradia (Corrochano et al., 2017).

Eu sou de São Paulo, eu moro na periferia, sou do [nome do bairro], não sei se você já ouviu falar, mas mesmo assim eu ainda tenho privilégios porque sou branca, minha família é uma família estruturada, meus pais são casados né, a gente tem uma condição de vida melhor do que outras pessoas que moram na mesma região que eu. E querendo ou não isso é um privilégio, então, eu pude aproveitar a minha juventude um pouco mais do que pessoas que não estão na minha condição, é, puderam aproveitar. Então acho que esses, essas questões sociais elas, é, dá uma diferença, ela separa assim, a partir de quando você é adulto, a partir de quando você é ainda jovem (F14).

Conforme afirmam Guimarães et al. (2020), Pimenta (2007) e Thomson et al. (2002), a localização social e a localização geográfica, o contexto social, cultural e social dos jovens, bem como os marcadores sociais de diferenças, podem configurar diversas modalidades e velocidades de transição para a vida adulta.

Corroborando, a jovem F20 enfatizou que muitos jovens, como ela, precisam trabalhar e estudar, mas que, para alguns, o trabalho tem um peso ainda maior, visto que eles são os provedores da casa. O jovem M26 também ressaltou a existência de desiguais condições financeiras, as quais fazem com que determinados jovens já nasçam e cresçam com os meios para alcance dos objetivos, enquanto outros não, de forma que “você tem que jogar o jogo com aquilo que você tem”, evidenciando a influência da desigualdade.

Nos trânsitos para a vida adulta, mesmo diante das questões sociais e das dificuldades relatadas, a maioria dos jovens faz referência à escolha individual, ao controle e à agência em suas trajetórias, como no relato de M9, que afirma que vem do indivíduo “saber ser feliz com o que tem”, de forma que a pessoa que “corre atrás” pode se tornar bem-sucedida. Contudo, sublinha-se que essa retórica do esforço individual é acompanhada de recursos e oportunidades desiguais (Thomson et al., 2002; Walther, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo de analisar as percepções de jovens egressos de um programa de aprendizagem profissional em relação à transição para a vida adulta. Os resultados indicaram que a concepção de juventude e vida adulta não se restringe a aspectos biológicos e etários, mas está profundamente relacionada ao trabalho, que se configura como um elemento estruturante das trajetórias juvenis. Nesse contexto, o ingresso no mercado de trabalho é percebido como um marco significativo, influenciando a construção da identidade, a autonomia financeira e a inserção social desses jovens (Costa et al., 2023).

O trabalho se associa a diferentes dimensões dessa transição: 1) à percepção de responsabilidade e de maturidade, pois a figura do trabalhador remete à assunção de maiores níveis de responsabilidade e amadurecimento; 2) à independência financeira, com destaque para a valorização do papel de provedor; 3) ao conhecimento e à escolaridade, seja pelas experiências adquiridas, seja pela possibilidade de custear o ensino superior; 4) à família, envolvendo auxílio ao núcleo familiar de origem ou a formação de um novo núcleo; e 5) aos aspectos sociais, que influenciam e, muitas vezes, limitam as escolhas e oportunidades disponíveis aos jovens, bem como seus roteiros de transição à vida adulta (Pimenta, 2007).

A maior parte dos jovens entrevistados se percebe como uma pessoa adulta, considerando que jovens que vivenciam a experiência da aprendizagem tendem a desenvolver percepção de maior maturidade (Alves & Albanese, 2016). Ao explorar as representações sobre juventude e vida adulta, os jovens reforçaram a imagem de que o adulto é definido em termos do que é e faz, e o jovem em termos do que vai se tornar.

Ademais, se por um lado, para alguns jovens a vida adulta foi alcançada mediante um processo de transição associado à gradual assunção de responsabilidades, para outros, a juventude nem mesmo ocorreu, frente a um processo de adultização precoce (Oliveira, 2019). Tais resultados destacam que ser jovem e ser adulto partem de construções sociais e têm influência de marcadores de diferença, como a classe ou origem social.

Portanto, os resultados evidenciaram que o trabalho assume uma centralidade na transição para a vida adulta dos jovens egressos de programas de aprendizagem, revelando tanto oportunidades quanto desafios. Do ponto de vista social, reforçaram a necessidade de políticas públicas que ampliem a proteção e a valorização dos jovens trabalhadores, especialmente os vulneráveis. A adultização precoce, identificada em diversos relatos, sugere a importância de medidas que permitam uma transição mais equilibrada, garantindo que o ingresso no mercado de trabalho não comprometa a formação educacional e o desenvolvimento pessoal.

No âmbito político, é importante considerar a formulação e aprimoramento de políticas voltadas à juventude, especialmente no que diz respeito à regulamentação do trabalho juvenil e ao fortalecimento da Lei da Aprendizagem. A constatação de que o programa de aprendizagem profissional tem impacto positivo na inserção formal dos jovens no mercado reforça a necessidade de expansão dessa política, com incentivos para que mais empresas participem. Além disso, é essencial que tais programas sejam acompanhados por ações de combate à precarização do trabalho e de ampliação das redes de apoio, garantindo que o direito ao trabalho digno não se sobreponha ao direito à educação e ao desenvolvimento integral da juventude.

O aprimoramento dessas políticas exige um esforço conjunto entre governo, empresas, sindicatos, instituições de ensino e organizações da sociedade civil. Criar mecanismos de governança colaborativa, como conselhos e fóruns de juventude, pode ajudar a desenhar políticas mais eficazes, alinhadas às reais necessidades dos jovens.

Como limitação do estudo, cabe mencionar que a indicação de possíveis sujeitos de pesquisa atendeu a critérios internos de representantes da instituição intermediadora, o que pode envolver vieses nesta seleção e indicação. Frente aos achados e limitações, destaca-se que, para além de vulnerabilidades, as juventudes apresentam potencialidades e demonstram que têm muito a falar e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Nesse sentido, estudos futuros podem se aprofundar na não-linearidade das trajetórias juvenis e nos diferentes roteiros de transição para a vida adulta de jovens trabalhadores. Se faz relevante aprofundar os marcadores interseccionais, analisando como marcadores como idade, raça, gênero e território influenciam as trajetórias juvenis. Recomenda-se, também, o uso de uma perspectiva decolonial para tratar das possibilidades de mobilidade social e da adultização precoce de jovens brasileiros.

Estudos longitudinais podem examinar o impacto de programas de aprendizagem na trajetória profissional e educacional desses jovens ao longo do tempo, investigando se tais políticas efetivamente geram mobilidade social ou reforçam desigualdades estruturais. Por fim, há espaço para estudos sobre estratégias alternativas à inserção tradicional no mercado de trabalho, como economia solidária e redes de apoio comunitárias, bem como sobre o papel das outras políticas públicas no equilíbrio entre trabalho, educação e desenvolvimento pessoal das juventudes.

REFERÊNCIAS

- Abramo, H. W. (2016). Identidades juvenis: Estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: Pinheiro, D., Ribeiro, E., Venturi, G., & Novaes, R. (orgs.). *Agenda Juventude Brasil: Leitura sobre uma década de mudanças* (pp.19-59). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- Alves, D. C. B., & Albanese, L. (2016). A produção de subjetividade em programas de aprendizagem profissional. *Psicologia Argumento*, 34(86), 318-332. <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.34.087.AO03>
- Arnett, J. J. (1997). Young people's conceptions of the transition to adulthood. *Youth & Society*, 29(1), 3-23. <https://doi.org/10.1177/0044118X97029001001>
- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. 4ª ed. São Paulo: Edições 70.
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125-137. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200003>
- Camarano, A. A., Mello, J. L., & Kanso, S. (2006). Do nascimento à morte: Principais transições. In: Camarano, A. A. (org). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* (pp.31-60). Rio de Janeiro: IPEA.
- Corrochano, M. C. (2013). Jovens trabalhadores: Expectativas de acesso ao ensino superior. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, 18(1), 23-44. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100003>
- Corrochano, M. C., Abramo, H. W., & Abramo, L. W. (2017). O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: Avanços, tensões, limites. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 22(36), 135-69.
- Costa, S. D. M., Barbosa, J. K. D., Rezende, A. F., & Paiva, K. C. M. (2023). Os sentidos do trabalho para trabalhadores jovens: uma análise com aprendizes na região metropolitana de Belo Horizonte. *Revista Gestão & Conexões*, 12(1), 106-126. <https://doi.org/10.47456/regec.23175087.2023.12.1.39100.106.126>
- Costa, S. D. M., & Paiva, K. C. M. (2021). Juventude e trabalho: Um estudo bibliométrico com pesquisas brasileiras sobre jovens aprendizes. *Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão*, 5(1), 1-17. <http://hdl.handle.net/1843/58654>
- Dib, S. K., & Castro, L. R. (2010). O trabalho é projeto de vida para os jovens? *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 1-15. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v13i1p01-15>
- Freitas, M. V., Abramo, H. W., & Leon, O. D. (2005). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Ação Educativa: Programa de Juventude.
- Furlong, A. (2016). The changing landscape of youth and young adulthood. In: Furlong, A. (ed.). *Handbook of youth and young adulthood* (pp.3-11). 2ª ed. New York: Routledge International Handbooks.
- Guimarães, N. A., Brito, M. M. A., & Comin, Á. A. (2020). Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: Pode a expansão eludir as desigualdades? *Novos Estudos Cebrap*, 39(3), 475-498. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030002>
- Krauskopf-Roger, D. (2019). Relaciones intergeneracionales, emancipación e independencia de jóvenes estudiantes chilenos. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 17(1), 75-87. <https://doi.org/10.11600/1692715x.17104>
- Lima, C. M., Neto, A. C., & Carmona, E. A. (2024). Sistemas de relações de trabalho no Brasil e no México: A percepção dos trabalhadores informais. *Revista de Administração Faces Journal*, 23(2), 7-25.
- Margullis, M., & Urresti, M. (2008). *La juventud es más que una palabra: Ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires.
- Martins, B. V., Scherdien, C., & Rocha-de-Oliveira, S. (2019). Estrutura de classe e mobilidade social no processo de inserção profissional de jovens no Brasil: reflexões e agenda de pesquisa. *Cadernos EBAPE. BR*, 17(3), 564-576. <https://doi.org/10.1590/1679-395173103>
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2009). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In: Forgas, J. P. (org.). *Social cognition: Perspectives on everyday understanding*. London: Academic Press.
- Oliveira, A. A. M. (2019). Outras juventudes, outras temporalidades e outras formas de conduzir a vida. In: Paredes, M., & Monteiro, L. (coords.). *Desde la niñez a la vejez: Nuevos desafíos para la comprensión de la sociología de las edades* (pp.101-119). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo.
- Pais, J. M. (2005). *Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar.
- Pimenta, M. M. (2007). *Ser jovem e ser adulto: Identidades, representações e trajetórias*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Resende, J. W. R., & Espíndula, D. H. P. (2020). Juventude em foco: Representações sociais da juventude na Folha de S. Paulo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e190523, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190523>

- Saccol, A. Z. (2009). Um retorno ao básico: Compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. *Revista de Administração da UFSM*, 2(2), 250-269.
- Sanderson, E. (2019). Youth transitions to employment: Longitudinal evidence from marginalised young people in England. *Journal of Youth Studies*, 22, 1-20. <https://doi.org/10.1080/13676261.2019.1671581>
- Savegnago, S. Dal O. (2019). Práticas discursivas y sociales relativas a los jóvenes ya la juventud. *Última Década*, 27(51), 192-224. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362019000100192>
- Silva, F. A. (2021). Estudos sobre transição para a vida adulta: Perspectivas para novas pesquisas. *Cadernos do Aplicação*, 34(1), 609-626. <https://doi.org/10.22456/2595-4377.111244>
- Silva, P. R. Jr., & Mayorga, C. (2019). Jovens nem nem brasileiros/as: Entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções. *Desidades-Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude*, 23(7), 10-23.
- Sobrosa, G. M. R., Camerin, C., Perrone, C. M., & Dias, A. C. G. (2013). Opiniões sobre trabalho em jovens de classes populares. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 14(2), 265-276.
- Sposito, M. P., Souza, R., & Silva, F. A. (2018). A pesquisa sobre jovens no Brasil: Traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *Educação e Pesquisa*, 44(e170308), 1-24. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201712170308>
- Stauber, B., & Walther, A. (2002). Young adults in Europe: Transitions, policies and social change. In: Walther, A., & Stauber, B. (eds.). *Misleading trajectories: Integration policies for young adults in Europe?* (pp.11-26). Springer Fachmedien Wiesbaden.
- Thomson, R., Bell, R., Holland, J., Henderson, S., Mcgrellis, S., & Sharpe, S. (2002). Critical moments: Choice, chance and opportunity in young people's narratives of transition. *Sociology*, 36(2), 335-354. <https://doi.org/10.1177/0038038502036002006>
- Torres, T. P. R., Paiva, K. C. M., & Pereira, J. R. (2023). Prazer, sofrimento e retaliação: Um estudo com jovens trabalhadores de Belo Horizonte (MG). *Revista de Administração Faces Journal*, 22(4), 84-101.
- Trancoso, A. E. R., & Oliveira, A. A. S. (2014). Produção social, histórica e cultural do conceito de juventudes heterogêneas potencializa ações políticas. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 137-147. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100015>
- Wachelke, J. F. R., & Camargo, B. V. (2007). Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Revista Interamericana de Psicologia*, 41(3), 379-390.
- Walther, A. (2006). Regimes of youth transitions: Choice, flexibility and security in young people's experiences across different European contexts. *Young*, 14(2), 119-139. <https://doi.org/10.1177/1103308806062737>